



INICIATIVA  
INTER-RELIGIOSA PELAS  
FLORESTAS TROPICAIS

# BRASIL

## UMA CARTILHA SOBRE DESMATAMENTO PARA LÍDERES RELIGIOSOS E COMUNIDADES DE FÉ

---

O Brasil abriga 60 por cento das florestas tropicais da Amazônia - e um terço das florestas tropicais do mundo. Esta cobertura de floresta tropical faz do Brasil o país mais biodiverso do mundo. Entre 2004 e 2014, a taxa de desmatamento na Amazônia brasileira caiu quase 80 por cento para os níveis mais baixos de sempre. Durante o mesmo período, a economia brasileira cresceu cerca de 40 por cento, sugerindo uma dissociação entre o crescimento econômico e o desmatamento. Após uma década de declínio, no entanto, o desmatamento subiu em 2016 para o nível mais alto desde 2008, e em 2017 o Brasil experimentou sua segunda maior taxa de perda de cobertura florestal.





# AS FLORESTAS DO BRASIL SÃO UM TESOURO SAGRADO

---

A Amazônia brasileira é a maior extensão remanescente de floresta tropical do mundo, e é responsável por quase metade da área terrestre do país.<sup>4</sup> As florestas tropicais também são encontradas nos biomas brasileiros de Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal. As florestas do Brasil são verdadeiramente únicas. Elas também são indispensáveis para o futuro do povo brasileiro e para o meio ambiente global. Como tal, elas representam um tesouro sagrado que devemos proteger.

Graças às suas florestas, o Brasil é o país mais biodiverso do mundo. É um dos apenas 17 países considerados "megadiversos", termo usado para se referir aos países mais ricos em biodiversidade do mundo, particularmente aqueles com muitas espécies que não se encontram em nenhum outro lugar.<sup>5,6,7</sup> As florestas tropicais no Brasil contêm uma biodiversidade inigualável com qualquer outro ambiente terrestre no planeta,<sup>8</sup> incluindo mais espécies de plantas do que qualquer outro país, mais de metade das quais não se encontram em nenhum outro lugar na Terra.<sup>9</sup> A Mata Atlântica e o Cerrado do Brasil são dois dos 25 hotspots mundiais de biodiversidade, devido ao número de espécies que só podem ser encontradas nesses biomas e ao nível de ameaça que enfrentam.<sup>6</sup>

Essa biodiversidade é a base de ecossistemas saudáveis no Brasil e no mundo. Ela representa uma fonte de conhecimento inestimável, uma beleza extraordinária e um significado cultural fundamental para os povos indígenas. Proteger as florestas do Brasil, sua biodiversidade e os direitos de seus povos indígenas e comunidades locais é um dos grandes imperativos morais de nosso tempo.

A floresta amazônica apoia o bem-estar humano, desempenhando um papel ativo nos sistemas hidrológicos e climáticos locais, regionais e globais através do armazenamento e ciclagem de água e carbono - um fenômeno às vezes chamado de "efeito Amazônia".<sup>10,11</sup> Florestas saudáveis ajudam a garantir uma chuva abundante. Na verdade, através da evaporação, a floresta amazônica coloca mais água na atmosfera do que flui através do próprio rio Amazonas, água que fornece chuva no Brasil e em grande parte da América do Sul. Por outro lado, o desmatamento em larga escala contribui para secas extremas,<sup>12</sup> como as recentes secas severas em São Paulo, que têm sido ligadas à perda de florestas.<sup>11</sup> Mais desmatamento agravará essas tendências perigosas, colocando todos os brasileiros em risco.



—  
**As florestas tropicais no Brasil contêm uma biodiversidade inigualável a qualquer outro ambiente terrestre do planeta.**

An aerial photograph showing a dense green forest on the left side, transitioning into a cleared area on the right. A dirt road or path runs along the edge of the forest. A blue and white truck is parked on the dirt road, and another truck is visible further down the road. The ground in the cleared area appears to be a mix of dirt and some sparse vegetation.

# AS FLORESTAS DO BRASIL ENFRENTAM GRÁVES AMEAÇAS

A expansão agrícola na década de 1980 exerceu grande pressão sobre as florestas brasileiras, causando a perda de 70 milhões de hectares só na Amazônia.<sup>13</sup> A partir da década de 1990, parar com o desmatamento se tornou uma alta prioridade nas agendas nacionais e internacionais,<sup>13,14</sup> embora a contínua expansão da pecuária e do cultivo de soja<sup>14,15</sup> para atender à crescente demanda dos consumidores por esses produtos tenha feito com que os níveis de desmatamento na Amazônia continuassem a aumentar até 2004.<sup>16</sup>

O desmatamento em terras privadas no Brasil é regido pelo Código Florestal, que desde 2001 obriga os proprietários de terras a conservar a vegetação nativa em suas terras. A lei exigia a proteção de 80% das terras privadas em toda a Amazônia, 35% nas savanas amazônicas e 20% em outros biomas, mas o cumprimento e a fiscalização eram fracos.<sup>14,17</sup> Até 2005, a mudança no uso da terra, a maior parte da qual foi atribuída ao desmatamento, foi responsável por 80% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil.<sup>14,18,19</sup>

Seguiu-se uma mudança significativa à medida que a aplicação das leis de conservação se tornou mais rigorosa, novas áreas protegidas foram

designadas e os sistemas de monitoramento foram melhorados (incluindo o sensoriamento remoto, um campo em que o Brasil agora é líder global).<sup>14</sup> O governo interveio nas cadeias produtivas, e o setor agrícola implementou ações voluntárias para reduzir o desmatamento (e.g. Moratória da Soja na Amazônia de 2006).<sup>20,21,22</sup> Os rendimentos da pecuária melhoraram e já havia suficiente terra desmatada disponível para a expansão agrícola.<sup>20,21,22</sup> Os preços baixados da soja e da carne bovina também contribuíram para reduzir o incentivo para os agricultores de expandir a produção em novas terras.<sup>14</sup> Até 2012, o Brasil registrou uma impressionante redução de 83 por cento no desmatamento da Amazônia em relação a 2004.<sup>14</sup> No mesmo período, o PIB do país cresceu de R\$ 669 bilhões para R\$ 2,5 trilhões<sup>23</sup> - ilustrando que dissociar o crescimento econômico do desmatamento é de fato possível (Figura 2).

Infelizmente, depois de atingir um mínimo histórico em 2012, a taxa de desmatamento do Brasil aumentou acentuadamente nos últimos anos. 2016 foi marcado por um forte aumento da taxa de desmatamento no Brasil, que atingiu seu nível mais alto desde 2008.<sup>14,24</sup>



Dados preliminares para 2018 divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) estimam um aumento adicional de 14% na taxa de desmatamento em 2017, falhando substancialmente a meta oficial de desmatamento.<sup>25,24</sup> Este aumento do desmatamento está levantando sérias preocupações sobre se o Brasil cumprirá seus compromissos internacionais.<sup>14</sup>

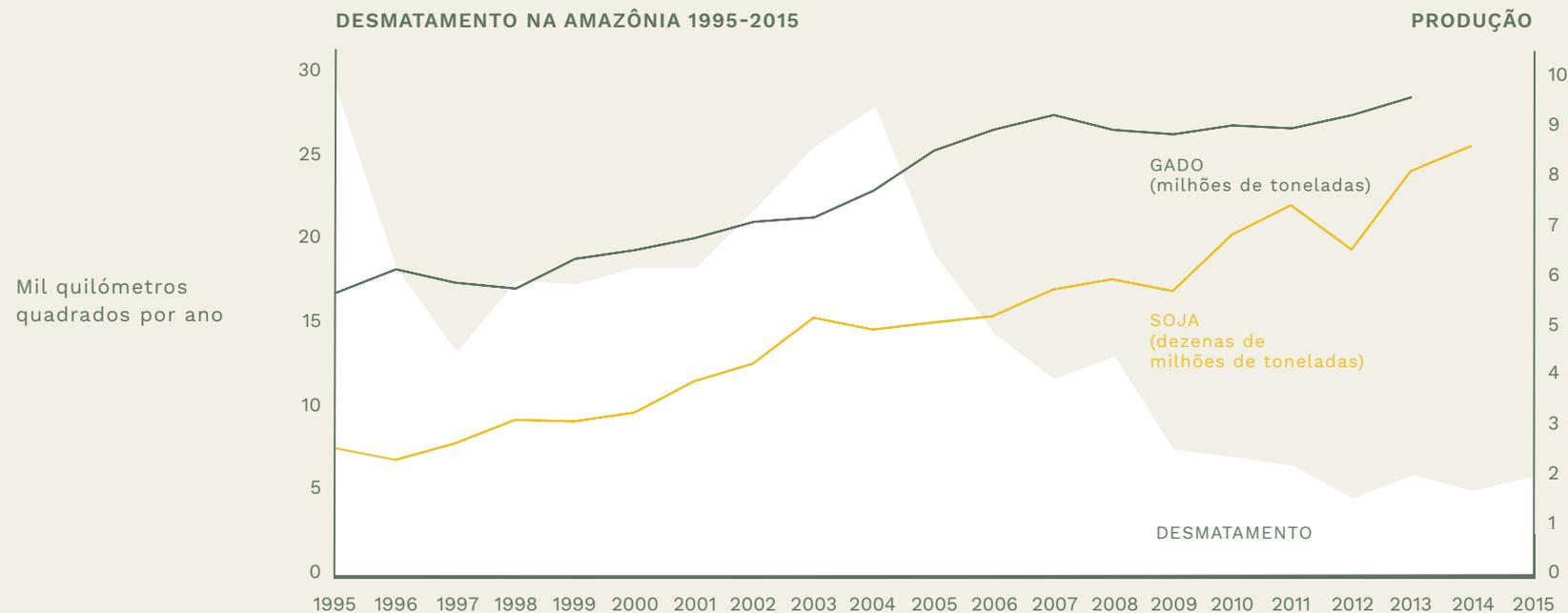
Mudanças recentes no Código Florestal vieram como um choque para os ambientalistas que acreditam que as mudanças enfraquecerão a proteção das florestas do Brasil. As mudanças incluem uma isenção de restaurar áreas desmatadas ilegalmente para proprietários de terras que desmataram antes de 2008, uma redução da área onde o desmatamento é proibido,

e uma disposição que permite que o desmatamento seja compensado pela compra de terras onde a floresta ainda está presente.<sup>14,17</sup> Os efeitos destas alterações ainda estão por ver na prática.

A urgência de parar e reverter o desmatamento da Amazônia não pode ser exagerada. Os cientistas estimam que, uma vez que entre 20 e 25% da Amazônia seja desmatada, a floresta tropical pode chegar a um ponto de viragem onde grandes extensões de florestas se transformarão em savana, com uma perda devastadora dos serviços ecossistêmicos que a floresta amazônica oferece atualmente.<sup>26</sup> Atualmente, o desmatamento acumulado da Amazônia já se aproxima de 20%.<sup>26</sup>

## O BRASIL REDUZIU O DESMATAMENTO E AUMENTOU A PRODUÇÃO AGRÍCOLA AO MESMO TEMPO

**FIGURA 2** DESVINCULAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA



Source: Center for Global Development; Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), Statistics Division, "Production quantities by country," updated 2015, [http://faostat3.fao.org/browse/Q/\\*E](http://faostat3.fao.org/browse/Q/*E); National Institute for Space Research (INPE), "Projeto Prodes: Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira Por Satélite," updated 2016, <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>



# O QUE ESTÁ CAUSANDO O DESMATAMENTO DO BRASIL?

**AGRICULTURA E PECUÁRIA:** A pecuária tem sido a principal causa de perda de florestas no Brasil, respondendo por 1,6 milhões de hectares de perda de florestas em 2011.<sup>29</sup> O cultivo da soja foi outro grande contribuinte antes da promulgação da Moratória da Soja na Amazônia. Os picos recentes de desmatamento (Figura 1) eram esperados<sup>24</sup> como resultado das condições econômicas e políticas no Brasil, juntamente com mudanças nos acordos comerciais globais<sup>25</sup>, de acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamento desenvolvido pelo Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).<sup>25,30</sup>

**INCÊNDIOS FLORESTAIS:** O fogo é muitas vezes usado para desmatar florestas para agricultura e mineração. O aquecimento climático também aumenta a frequência de incêndios florestais, que agora são mais comuns do que em qualquer outro momento da história do Brasil.<sup>27</sup> A maioria dos incêndios ocorre em áreas que foram abertas para agricultura e pastagens<sup>27</sup>, e os incêndios também causaram a perda de grandes áreas florestais nas Terras Indígenas Kayapó e Xikrin do Rio Catete<sup>28</sup>. A agricultura e as actividades

extractivas sujeitam a floresta a incêndios com uma frequência e intensidade sem precedentes.<sup>28</sup> Um ciclo vicioso está agora em jogo: quanto mais uma floresta é desmatada, mais vulnerável ao fogo se torna a floresta remanescente.

**URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA:** Mais da metade das cidades do Brasil que dobraram em população durante a última década estavam na Amazônia, e a taxa de crescimento populacional da região era quase o dobro da taxa do país como um todo.<sup>31</sup> À medida que as cidades crescem, a infraestrutura e os serviços se expandem para atender a elas. De acordo com o Atlas Florestal Global, quase todo o desmatamento da Amazônia ocorre em um raio de 50 km das estradas.<sup>32</sup>

**MINERAÇÃO:** A Amazônia contém vastos recursos minerais, incluindo cobre, estanho, níquel, bauxita, manganês, minério de ferro e ouro. A mineração foi responsável por quase 10% das perdas florestais na Amazônia entre 2005 e 2015, não apenas como resultado das operações de mineração, mas também por causa do desenvolvimento da infraestrutura, da expansão urbana e das actividades da cadeia de suprimentos no entorno.<sup>33</sup>

# PROTEGER OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL



Estudo após estudo mostrou que uma das formas mais eficazes de proteger as florestas é defender os direitos legais dos povos indígenas.<sup>34</sup> No entanto, no Brasil e em todo o mundo, os povos indígenas enfrentam uma crescente série de ameaças aos seus direitos, aos seus territórios legalmente protegidos e à sua segurança. Essa tendência deve ser revertida, e as comunidades religiosas e espirituais podem desempenhar um papel importante.

Os 896.000 indígenas registrados no Brasil em 2010 pertenciam a 305 grupos étnicos.<sup>35</sup> O Brasil também é o lar do maior número de comunidades indígenas isoladas da América do Sul.<sup>35</sup> Especialistas da FUNAI (Fundação Nacional do Índio – a agência governamental encarregada de proteger os interesses e a cultura indígenas<sup>36</sup>) confirmaram que 27 tribos isoladas vivem na Amazônia brasileira e acreditam que pode haver um total de 113 tribos isoladas.<sup>37</sup>

O Brasil tem 713 áreas indígenas designadas, abrangendo uma área combinada de mais de 117 milhões de hectares (14% da área terrestre do país e 21% de suas florestas).<sup>36</sup> Quase todos esses territórios se concentram na floresta

amazônica. Em 2012, o governo brasileiro estabeleceu a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), uma política nacional que promoveu o planejamento territorial participativo e a gestão ambiental das terras indígenas pelos povos indígenas.<sup>38</sup>

Embora essas terras tenham sido designadas para povos indígenas, a titularidade legal permanece com o governo, 39 o que significa que a proteção das terras como território indígena é vulnerável a mudanças políticas e pressões da indústria. Por exemplo, 37 milhões dos 106 milhões de hectares da Amazônia destinados a povos indígenas e comunidades locais<sup>40</sup> são destinados à exploração e exploração,<sup>35</sup> deixando as comunidades indígenas vulneráveis à incursão das indústrias extrativistas e ao desenvolvimento de barragens hidrelétricas.<sup>41,42</sup> Quase um terço das terras indígenas no Brasil é reservado para exploração por empresas de mineração.<sup>28,33,35</sup> Os cortes no orçamento da FUNAI quase impossibilitam a proteção das terras indígenas existentes contra ameaças contínuas.<sup>35</sup> E os regulamentos recentemente introduzidos dificultariam a demarcação e o estabelecimento de novos

territórios indígenas.<sup>36</sup> Essas preocupações aumentaram recentemente quando o novo governo brasileiro retirou da FUNAI a responsabilidade pela demarcação, transferindo-a para o Ministério da Agricultura.<sup>43</sup> No entanto, a decisão é contestada no Congresso brasileiro e pode ser revertida.

Como observado anteriormente, estudos têm mostrado que os povos indígenas são os mais bem sucedidos na prevenção do desmatamento.<sup>44,45,46</sup> O Instituto de Recursos Mundiais constatou que a perda de floresta foi dez vezes maior fora das terras indígenas na Amazônia brasileira entre 2000 e 2012 do que dentro das terras indígenas.<sup>47</sup> E foi constatado que as florestas indígenas e comunitárias no Brasil armazenam mais de um terço a mais de carbono por hectare do que outras florestas.<sup>47</sup> Apesar de sua valiosa contribuição para a mitigação das mudanças climáticas, os povos indígenas no Brasil são altamente vulneráveis às mudanças climáticas.<sup>48</sup> Assim, o Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia desenvolveu a SOMAI (Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena) para apoiar os esforços dos povos indígenas na adaptação às mudanças climáticas e na continuidade de suas atividades de regulação climática através da gestão de seus territórios.<sup>48</sup>

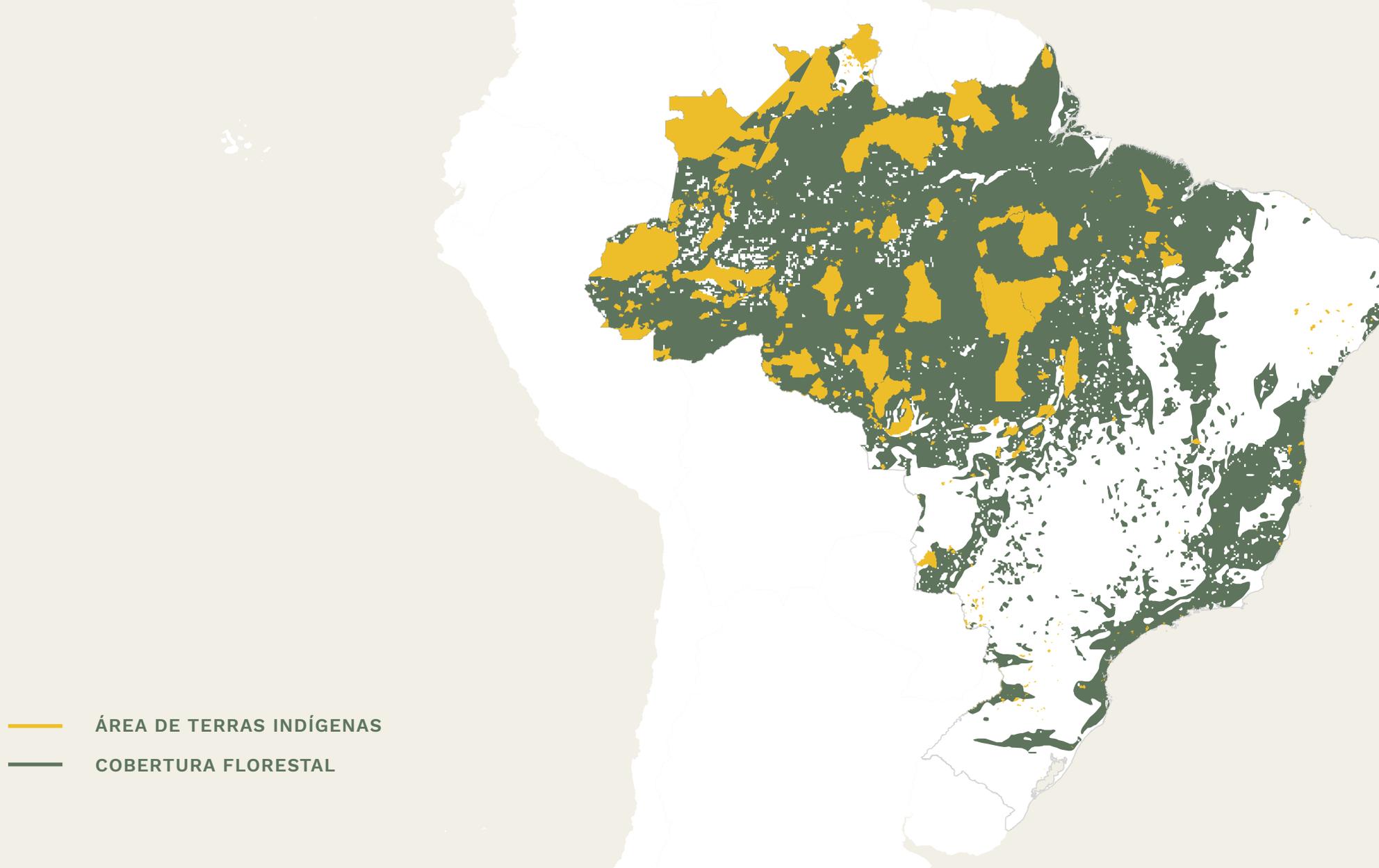
Tragicamente, os povos indígenas que defendem suas terras da incursão enfrentam graves ameaças. O ano de 2017 foi marcado pelo assassinato de 57 defensores do meio ambiente no Brasil - o pior ano registrado de mortes de defensores ambientais no mundo, com os povos indígenas representando uma grande proporção das vítimas.<sup>49</sup>

## DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS À TERRA: OS KAYAPÓ<sup>50,51,52,53,54</sup>

Os Kayapó são uma tribo indígena que vive ao longo do rio Xingu, na Amazônia brasileira. Eles empregam muitas técnicas engenhosas para manejar de forma sustentável seus recursos naturais, como exemplificado pela transformação de terras inférteis e secas em áreas de floresta produtiva, usando mulch e ninhos desmornados de cupins e formigas. Os Kayapó têm estado em contato com o mundo exterior apenas desde a década de 1960.

Ameaçados por fazendeiros, madeireiros e garimpeiros, a tribo Kayapó lutou e ganhou reconhecimento legal de suas terras na década de 1990. Através da formação de alianças entre si e com ONGs nacionais e internacionais, eles conseguiram proteger suas terras de incursões de interesses externos de exploração madeireira e mineração.

Embora não garantida, a perspectiva de conservação da floresta no território Kayapó é favorecida pela segurança de posse, conhecimento tradicional, experiência em gestão de recursos, incentivos externos e parcerias de longo prazo com organizações de conservação. Fortalecidos por suas relações com a FUNAI, a Associação Floresta Protegida e outras organizações, os Kayapó têm estado entre os mais bem sucedidos defensores dos direitos dos povos indígenas na Amazônia brasileira.



## COBERTURA FLORESTAL E ÁREA DE TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL

Source: Global Forest Watch, 2019

The boundaries and names shown and the designation used on maps do not imply official endorsement or acceptance by UN Environment or contributory organisations.

# PRINCIPAIS COMPROMISSOS E INICIATIVAS

## COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Sob o Acordo de Paris, negociado como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), o Brasil se comprometeu a reduzir suas emissões de carbono de 43% até 2030 em relação aos níveis de 2005, assumindo compromissos para reduzir o desmatamento (incluindo o fim do desmatamento ilegal na Amazônia brasileira até 2030), restaurar ou reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, e melhorar sua gestão sustentável de florestas nativas.<sup>55</sup> As chances do Brasil de atingir essa meta estão ameaçadas pelo forte aumento das taxas de desmatamento desde 2014.

Em 2016, como parte de sua Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação, o Brasil também se comprometeu a proteger pelo menos 30% da Amazônia até 2020.<sup>9</sup> Este esforço está alinhado com as Metas de Biodiversidade de Aichi estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica e contribui para a ambição do país de reduzir as emissões de gases de efeito estufa no âmbito do Acordo de Paris.<sup>55</sup>

## O FUNDO AMAZÔNIA

Em 2008, o Brasil lançou o Fundo Amazônia, uma iniciativa de REDD+ para captar recursos para prevenir, monitorar e combater o desmatamento, bem como para promover a preservação e o uso sustentável das florestas na Amazônia brasileira.<sup>56</sup> REDD+ é uma estratégia internacional de mitigação do clima com o objetivo de reduzir as emissões do desmatamento e degradação florestal em países de florestas tropicais, proporcionando benefícios de desenvolvimento sustentável para as comunidades participantes. Isso é feito, em parte, por meio de incentivos financeiros para o manejo sustentável das florestas e para deter ou reverter a perda de florestas. Até o final de 2017, o Fundo Amazônia havia captado US\$ 1,2 bilhão<sup>57</sup> e financiado 103 projetos.<sup>56</sup>

O Governo da Noruega tem sido o principal doador do Fundo Amazônia, comprometendo-se em 2008 a contribuir com até US\$ 1 bilhão para o Fundo até 2015 se o Brasil pudesse mostrar reduções no desmatamento da Amazônia - uma promessa que foi cumprida no final.<sup>58</sup> Em 2015, a parceria bilateral entre o Brasil e a Noruega foi estendida até 2020. Em linha com sua política

de pagamento de resultados, a Noruega reduziu sua contribuição para o Fundo Amazônia para US\$ 35 milhões quando o desmatamento aumentou em 2016<sup>59</sup> e em 2017 emitiu um alerta de que a tendência de aumento do desmatamento poderia levar as contribuições da Noruega a zero.<sup>60,61</sup> A Alemanha também é um dos principais doadores do Fundo, tendo contribuído com mais de 68 milhões de dólares desde o final de 2017.<sup>57</sup>

## MONITORAMENTO FLORESTAL

O Brasil é líder mundial no desenvolvimento e gestão de sistemas de satélite para monitoramento de mudanças na cobertura florestal, incluindo incêndios florestais. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realiza o Monitoramento por Satélite do Projeto Floresta Amazônica Brasileira (PRODES), que pode fornecer, entre outros dados, informações em tempo real sobre a perda florestal. Mais recentemente, o governo anunciou o Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros para avançar o monitoramento em todo o país em alinhamento com a estratégia nacional de REDD.

## COMPROMISSOS DO SECTOR PRIVADO: A MORATÓRIA DA SOJA E OS ACORDOS SOBRE A CARNE BOVINO

A Moratória da Soja do Brasil, acordada em 2006, foi o primeiro acordo voluntário de desmatamento zero implementado nos trópicos e preparou o terreno para iniciativas semelhantes que abrangem commodities como carne bovina e óleo de palma.<sup>22</sup> Sob a moratória, os principais comerciantes de soja se comprometeram a não comprar soja cultivada em terras desmatadas após julho de 2006 na Amazônia brasileira. A Moratória é amplamente considerada um sucesso até o dia de hoje; os primeiros dez anos de implementação viram um aumento de 260% na área sob produção de soja na Amazônia brasileira (de cerca de 1 milhão para 3,6 milhões de hectares), mas menos de 1% desse crescimento aconteceu em áreas recém-desmatadas.<sup>62</sup>

Em 2016, a Moratória da Soja foi estendida indefinidamente. Em 2009, respondendo à pressão de ONGs e do Ministério Público Federal no estado do Pará, as três maiores empresas de processamento de carne do Brasil (JBS, Marfrig e Minerva) concordaram em parar de comprar carne bovina de fazendas que desmataram mais florestas do que o legalmente permitido.<sup>63</sup> Alguns meses depois, as mesmas empresas assinaram um acordo mais rigoroso com o Greenpeace, comprometendo-se a comprar apenas de fornecedores que reduziram o desmatamento a zero.<sup>63</sup> Ambos os acordos exigiam que os fornecedores se cadastrassem em um registro ambiental público, identificando os limites de suas fazendas, facilitando assim o monitoramento de mudanças na cobertura florestal. Em poucos meses, quase dois terços dos fornecedores se cadastraram e, em 2013, o índice de conformidade atingiu 96%.<sup>63</sup> Embora os Acordos sobre Carne Bovina tenham tido um impacto real no comportamento dos fazendeiros e abatedouros na Amazônia<sup>64</sup>, 80% dos novos desmatamentos na Amazônia brasileira ainda são causados pela conversão de florestas em pastagens de gado.<sup>65</sup>

**A Moratória da Soja do Brasil de 2006 foi o primeiro acordo voluntário de desmatamento zero nos trópicos e preparou o terreno para iniciativas semelhantes abrangendo carne bovina e óleo de palma.**

# COMO AS COMUNIDADES RELIGIOSAS PODEM SE ENVOLVER



---

Os crentes religiosos e as comunidades espirituais têm um papel único a desempenhar na proteção das florestas tropicais do Brasil e no apoio aos povos indígenas. O caso ético para cuidar do planeta está profundamente enraizado em todas as tradições religiosas do mundo, e agora é o momento de revigorar e mobilizar nossos respectivos recursos espirituais, nossa influência e nossa autoridade moral para defender coletivamente o caso de que as florestas tropicais são um tesouro sagrado e que o desmatamento tropical é uma questão de santidade de vida: está errado e deve parar.

Os crentes religiosos do Brasil podem agir em vários níveis diferentes, inclusive regulando suas escolhas pessoais e trabalhando através de suas instituições religiosas para promover a educação sobre o valor e os perigos que as florestas tropicais correm, advogar por escolhas econômicas que salvaguardem as florestas tropicais, e buscar iniciativas políticas coordenadas que combatam o desmatamento e apoiem os direitos dos povos indígenas.

## ESCOLHAS PESSOAIS

As pessoas de fé podem honrar o planeta e as florestas tomando decisões conscientes e informadas que sinalizam uma consciência sobre onde e como seus alimentos e itens de consumo são obtidos e quem os produz. A dieta é uma área onde a escolha pessoal pode apoiar diretamente a saúde da floresta tropical. Uma mudança para uma dieta baseada em plantas e comer menos carne, particularmente carne bovina, é uma das escolhas pessoais mais poderosas que qualquer indivíduo pode fazer em solidariedade com as florestas tropicais, porque a produção de carne e soja (muito dela usada como alimento para gado) são importantes motores do desmatamento. De fato, a criação de animais é altamente intensiva em termos de uso da terra: fornecer carne para uma população global requer dois terços das terras agrícolas do mundo, incluindo pastagens e terras cultiváveis para alimentação. Esta extensa área é frequentemente retirada das florestas. Mesmo a redução do consumo de carne duas vezes por semana pode ter um impacto mensurável. A redução do consumo de carne também reduz a pressão sobre uma série de recursos agrícolas para além das terras florestais. O uso da água, a produção de fertilizantes e as emissões de gases de efeito estufa que impulsionam as mudanças climáticas - diminuem substancialmente por cada quilo de carne que consumimos menos.

Da mesma forma do que com a carne, os crentes religiosos podem fazer escolhas de consumo informadas em torno do óleo de palma, papel e produtos de madeira. Os consumidores podem procurar produtos feitos por empresas comprometidas com o desmatamento zero e garantir que para cima e para baixo suas cadeias de suprimentos não haja nenhuma atividade que impacte negativamente as florestas. Isso significa escolher papel, madeira e outros produtos feitos de materiais de conteúdo 100% pós-consumo e optar por produtos de madeira virgem certificados por autoridades de renome, como o Forest Stewardship Council.

## ATIVIDADE COMUNITÁRIA RELIGIOSA

Os crentes religiosos também podem ajudar a combater o desmatamento trabalhando com e através de suas próprias instituições religiosas. Mais de 85 por cento das pessoas no mundo têm uma afiliação religiosa, tornando o público religioso uma força formidável para uma mudança social e ambiental positiva quando eles e suas instituições perseguem um objetivo comum. As instituições religiosas e os locais de culto podem incorporar as florestas nas atividades e práticas religiosas comunitárias existentes - como liturgias, grandes reuniões de oração ou celebrações em torno de festivais, festas ou comemorações. Por exemplo, as comunidades que enfatizam o jejum podem incluir uma noção de "jejum para a floresta". E as comunidades podem reservar períodos específicos para orar pelas florestas.

Comunidades religiosas, congregações, universidades, escolas e locais de culto também podem combater o desmatamento, protegendo as árvores em terras de propriedade religiosa. Isso pode envolver uma declaração de florestas protegidas, o estabelecimento de proibições de desmatamento ou caça à vida selvagem, ou a restauração de terras degradadas. Muitas dessas práticas foram adotadas por hindus na Índia, cristãos na África, budistas na Tailândia e no Camboja, e seguidores do xintoísmo no Japão. Como os locais de culto são locais de reunião da comunidade, eles podem ajudar a estabelecer normas sobre o respeito e a proteção das florestas e da biodiversidade. Na Etiópia, por exemplo, a Igreja Ortodoxa Etíope, uma denominação cristã que traça sua linhagem até o primeiro século, é creditada por salvar muitas das árvores remanescentes da nação. Suas igrejas plantaram mais de 1000 "florestas sagradas", cada uma com uma média de alguns campos de futebol em tamanho, ao redor de suas várias igrejas. As florestas são vistas como a "roupa" das igrejas, servindo como centros comunitários, locais de reunião, escolas e cemitérios, além de fornecer sombra para as pessoas e habitat para muitas espécies.

## **AÇÃO ECONÓMICA**

Toda decisão econômica constitui uma decisão moral. Empresas e investidores que trabalham em paisagens florestais e que dependem das florestas para seus produtos têm uma responsabilidade de gestão social e ambiental que pode e deve ser guiada pelas comunidades religiosas do mundo. Os movimentos de investidores orientados por pessoas de fé podem exercer pressão sobre as empresas, insistindo para que adotem práticas sustentáveis, limpem suas cadeias de abastecimento e respeitem as florestas. As empresas dirigidas por pessoas com convicções religiosas precisam que os líderes religiosos e os locais de culto digam que o desmatamento é uma questão de santidade de vida e que práticas comerciais que destroem florestas e biodiversidade e que desconsideram os direitos dos povos indígenas e comunidades florestais violam os princípios de sua fé.

O desinvestimento pode ser outra estratégia potente, dada a quantidade substancial de activos financeiros e carteiras de investimento detidos por alguns grupos religiosos. Há um grande potencial para um movimento baseado na fé que encoraja o desinvestimento de indústrias que se envolvem em desmatamento e o investimento em projetos de energia renovável, gestão de recursos naturais com base comunitária e empreendimentos sociais que beneficiam a população local e as economias locais, não empresas multinacionais e seus acionistas. Tomar a decisão moral de se recusar a financiar atividades que destroem florestas é um caminho poderoso e eficaz para provocar mudanças. Há amplas evidências que sugerem que o desinvestimento em indústrias que prejudicam o planeta e a transição para o investimento ético pode mudar o comportamento e, em última análise, incentivarão outros investidores a seguir o exemplo. O movimento baseado na fé para desinvestir dos combustíveis fósseis - das empresas de petróleo, carvão e gás - fornece um exemplo instrutivo do que é possível quando as instituições religiosas tomam uma posição a este respeito.

## **EDUCAÇÃO**

Os líderes religiosos estão muitas vezes entre as figuras mais confiáveis de qualquer sociedade, procurados por orientação ética e espiritual na vida econômica, social e política. Eles também são professores e canais de educação, conscientização e aprendizagem. Os líderes religiosos são, portanto, atores-chave no esforço de conscientização sobre a crise do desmatamento, os riscos que o desmatamento representa para o progresso nas mudanças climáticas e no desenvolvimento sustentável, e os pontos de entrada para que as pessoas de fé entrem em ação para lutar pela proteção das florestas. Como tal, uma das melhores maneiras para os líderes religiosos de tomar medidas de proteção florestal é usar sua influência e autoridade para transmitir informações e recursos sobre a crise do desmatamento para os membros de sua congregação.

Algumas das lições mais poderosas a serem tiradas das florestas não são sobre as taxas de desmatamento e o número de povos indígenas deslocados (por mais importantes que sejam), mas lições do coração que ensinam a apreciar as florestas em sua plenitude espiritual. As atitudes em relação às florestas e às árvores poderiam ser marcadamente alteradas para o público ocidental se as florestas fossem vistas principalmente como um dom, em vez de recursos. As tradições indígenas têm muito a ensinar a este respeito. Gratidão e suficiência são conceitos familiares para pessoas de muitas religiões; não é um grande esforço imaginar aplicar essas atitudes de maneira ampla em nosso consumo de óleo de palma, papel, madeira e outros produtos florestais. Tal mudança poderia ser transformadora.

## **ACÇÃO POLÍTICA**

Acabar com o desmatamento implica mobilizar uma vontade política adequada. Até agora, globalmente e nos principais países com florestas

tropicais, a aplicação de leis e políticas em torno da proteção florestal tem sido largamente insuficiente para deter a destruição. Os crentes religiosos, líderes e locais de culto podem ajudar a influenciar o debate público e as políticas públicas sobre as florestas e os direitos dos povos indígenas, fazendo deles questões morais que exigem uma resposta moral dos funcionários eleitos. Parar e reverter o desmatamento exigirá o cultivo de novas virtudes públicas e uma mudança sísmica nos valores e na forma como nós, como família humana, entendemos e administramos as florestas.

### **COLABORAÇÃO MULTI-RELIGIOSA**

Os benefícios decorrentes da mobilização dos recursos religiosos na luta contra o desmatamento se multiplicam quando as religiões do mundo se unem. Este tipo de cooperação pode ser mais poderosa - simbolicamente e substantivamente - do que uma ação unilateral de grupos religiosos individuais. Quando as comunidades religiosas demonstram a sua capacidade de trabalhar em estreita colaboração, criam credibilidade e confiança entre a população em geral. Quando falam com uma só voz sobre questões como a proteção das florestas, sua autoridade moral é ampliada, dando-lhes maior capacidade de influenciar políticas através de sua influência sobre indivíduos e instituições.

Para mais informações sobre as ações que você pode tomar para apoiar as florestas tropicais no Brasil, conecte-se com a Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais no Brasil: [brazil@interfaithrainforest.org](mailto:brazil@interfaithrainforest.org).

**O caso ético para cuidar do planeta está profundamente enraizado em todas as tradições religiosas do mundo. Agora é o momento de mobilizar nossos recursos espirituais, nossa influência e nossa autoridade moral para defender coletivamente o caso de que as florestas tropicais são um tesouro sagrado e que o desmatamento tropical é uma questão de santidade de vida: está errado e deve parar.**

# REFERÊNCIAS

1. IBGE. Território: Dados geográficos. Brasil em síntese. (2019). Available at: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio/dados-geograficos.html>. (Accessed: 25th June 2019)
2. IBGE. Indígenas. (2019). Available at: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. (Accessed: 25th June 2019)
3. Fundação Nacional do Índio. Modalidades de Terras Indígenas. Available at: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. (Accessed: 25th June 2019)
4. FAO. Global Forest Resources Assessment 2015. Desk reference. (Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015).
5. Butler, R. A. The top 10 most biodiverse countries. Mongabay (2016).
6. Myers, N. A., Mittermeier, R. A., Mittermeier, C. G., Da Fonseca, G. A. B. & Kent, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature* 403, 853–858 (2000).
7. UNEP-WCMC. Megadiverse Countries definition | Biodiversity A-Z. (2014). Available at: <http://www.biodiversity-a-z.org/content/megadiverse-countries>. (Accessed: 17th September 2018)
8. Morley, R. J. Origin and Evolution of Tropical Rain Forests. Chichester, UK Wiley 15, 580 (2000).
9. Ministry of Environment Secretariat of Biodiversity. National Biodiversity Strategy and Action Plan 2016-2020. (2017).
10. Seehusen, S. E. Can payments for ecosystem services contribute to sustainable development in the Brazilian Amazon? *Folia For. Pol. Ser. A - For.* 51, 91–119 (2009).
11. Watts, J. The Amazon effect: how deforestation is starving São Paulo of water. *The Guardian* (2017).
12. Malhi, Y. et al. Climate Change, Deforestation, and the Fate of the Amazon. *Science* (80-. ). 319, 169–172 (2008).
13. Machado, F. & Anderson, K. Brazil's new Forest Code: A guide for decision-makers in supply chains and governments. (2016).
14. Soterroni, A. C. et al. Future environmental and agricultural impacts of Brazil's Forest Code. *Environ. Res. Lett.* 13, 074021 (2018).
15. INPE & MCTI. PRODES project: monitoring of the Brazilian Amazonian forest by satellite. (2018). Available at: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>.
16. Butler, R. A. Calculating Deforestation Figures for the Amazon. Mongabay (2018).
17. Soares-filho, B. et al. Cracking Brazil's Forest Code. *Science* (80-. ). 344, 363–364 (2014).
18. Boucher, D., Elias, P., Faires, J. & Smith, S. Deforestation success stories: Tropical nations where forest protection and reforestation policies have worked. *Tropical Forest and Climate Initiative* (2014).
19. MCTI. Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil. (2013).
20. Nepstad, D. et al. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. *Science* (80-. ). 344, 1118–1123 (2014).
21. Branford, S. & Torres, M. Amazon Soy Moratorium: defeating deforestation or greenwash diversion? *Mongabay.com* (2017).
22. Gibbs, H. K. et al. Brazil's Soy Moratorium. *Science* (80-. ). 347, 377–378 (2015).
23. The World Bank. Brazil. Data. Data (2016). Available at: <https://data.worldbank.org/country/brazil>. (Accessed: 2nd October 2018)
24. PRODES. Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (AMZ). TerraBrasilis (2017). Available at: <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>. (Accessed: 15th January 2019)
25. Mongabay.com. Amazon deforestation at highest level in 10 years, says Brazil. Mongabay (2018).
26. Lovejoy, T. & Nobre, C. Amazon forest to savannah tipping point could be far closer than thought (commentary). *Mongabay* (2018).
27. Weisse, M., Goldman, E. D. 2017 Was the Second-Worst Year on Record for Tropical Tree Cover Loss. *Journal of Geophysical Research* 108, 4721 (2018).
28. Weisse, M. & Fletcher, K. Places to watch: 5 forests at risk this month. *WRI* (2017).
29. Henders, S., Persson, U. M. & Kastner, T. Trading forests: Land-use change and carbon emissions embodied in production and exports of forest-risk commodities. *Environ. Res. Lett.* 10, (2015).
30. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Promote conservation and sustainable development in the Amazon. 2018 Available at: <https://amazon.org.br/en/>. (Accessed: 16th January 2019)
31. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010 Population Census. (2010). Available at: <https://ww2.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. (Accessed: 2nd October 2018)
32. Yale University. Roads in the Amazon Basin. *Global Forest Atlas* (2019). Available at: <https://globalforestatlas.yale.edu/amazon/land-use/roads-amazon-basin>. (Accessed: 2nd October 2018)
33. Sonter, L. J. et al. Mining drives extensive deforestation in the Brazilian Amazon. *Nat. Commun.* 8, 1013 (2017).
34. Ding, H. et al. Climate Benefits, Tenure Costs. The Economic Case for Securing Indigenous Land Rights in the Amazon. *World Resources Institute* (2016).
35. Jacquelin-Andersen, P. The Indigenous World 2018. (International Work Group for Indigenous Affairs, 2018). doi:10.4135/9781446201077.n34
36. FUNAI. Fundação Nacional do Índio. (2010). Available at: <http://www.funai.gov.br/>. (Accessed: 18th January 2019)
37. Cowie, S. Brazil's worst month ever for forest fires blamed on human activity. *The Guardian* (2017).
38. Head Office of Legal Affairs. Decree No 7,474, 5 June 2012 Establishes the Brazilian policy for territorial and environmental management of Indigenous lands - PNGATI, in the Portuguese acronym - and provides other measures. (2012).
39. The REDD Countries Database. Brazil: an overview from the REDD countries database 1-13. (2011). Available at: <http://www.thereddesk.org/>. (Accessed: 18th September 2018)
40. Wilson, E. & Savarit-Consenza, J. Survey of world's embattled tropical forests reports 50% increase in areas under sustainable management since 2005. (2011).
41. Federative Republic of Brazil. Intended Nationally Determined Contribution. (2015).
42. IWGIA. Indigenous peoples in Brazil. Available at: <https://www.iwgia.org/en/brazil>. (Accessed: 16th January 2019)
43. The Japan Times. Bolsonaro's first order of business: Strip FUNAI agency of right to decide Brazil's native lands. *News* (2019).
44. Nepstad, D. et al. Inhibition of Amazon deforestation and fire by parks and indigenous lands. *Conserv. Biol.* 20, 65–73 (2006).
45. Pfaff, A., Robalino, J., Lima, E., Sandoval, C. & Herrera, L. D. Governance, location and avoided deforestation from protected areas: Greater restrictions can have lower impact due to differences in location. *World Dev.* 55, 7–20 (2014).
46. Nolte, C., Agrawal, A., Silviu, K. M. & Soares-Filho, B. S. Governance regime and location influence avoided deforestation success of protected areas in the Brazilian Amazon. *Proc. Natl. Acad. Sci.* 110, 4956–4961 (2013).
47. Stevens, C., Winterbottom, R., Springer, J. & Reyter, K. Securing rights, combating climate change: How strengthening community forest rights mitigates climate change. (2014).
48. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Sistema de observação e monitoramento da Amazônia indígena. SOMAI Available at: <http://somai.org.br/#/>. (Accessed: 15th January 2019)
49. Global Witness. Deadliest year on record for land and environmental defenders, as agribusiness is shown to be the industry most linked to killings. (2018).
50. Posey, D. A. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapo Indians of the Brazilian Amazon. *Agrofor. Syst.* 3, 139–158 (1985).
51. Zimmerman, B. Rain forest warriors: How Indigenous tribes protect the Amazon. *National Geographic* (2013). Available at: <https://news.nationalgeographic.com/news/2013/12/131222-amazon-kayapo-indigenous-tribes-deforestation-environment-climate-rain-forest/>. (Accessed: 18th September 2018)
52. Posey, D. A. Contact before contact: Typology of post-Colombian interaction with Northern Kayapó of the Amazon Basin. *Bol. Mus. Pa. Emílio Goeldi, Sér. Antropol.* 3, 135–154 (1987).
53. Schwartzman, S. & Zimmerman, B. Conservation alliances with Indigenous peoples of the Amazon. *Conserv. Biol.* 19, 721–727 (2005).
54. Zimmerman, B. Kayapo. (2018). Available at: <http://www.kayapo.org/index-3.html>.
55. Climate Action Tracker. Brazil. (2019). Available at: <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/pledges-and-targets/>.
56. Amazon Fund. Home. Available at: <http://www.amazonfund.gov.br/en/home/>. (Accessed: 4th October 2018)
57. Amazon Fund. Amazon Fund Activity Report 2017. (2017).
58. Norway Ministry of Climate and Environment. Brazil. Available at: <https://www.regjeringen.no/en/topics/climate-and-environment/climate/climate-and-forest-initiative/kos-innsikt/brazil-and-the-amazon-fund/id734166/?expand=factbox2621342>.
59. Spring, J. Norway worries over Brazil deforestation, pays \$70 million to Amazon fund. *Reuters* (2018).
60. Carrington, D. Norway issues \$1bn threat to Brazil over rising Amazon destruction. *The Guardian* (2017).
61. Kilpatrick, R. Norway Has Threatened to Cut Funds to Brazil Unless Deforestation Slows. *Time* (2017).
62. Patiño, R. E. Brazilian Soy Moratorium Renewed Indefinitely. *Greenpeace* (2016).
63. Wilkinson, A. In Brazil, cattle industry begins to help fight deforestation. *Science Magazine* (2015).
64. Gibbs, H. K. et al. Did Ranchers and Slaughterhouses Respond to Zero-Deforestation Agreements in the Brazilian Amazon? *Conserv. Lett.* 9, 32–42 (2016).
65. Asher, C. Deforestation-linked Brazilian beef still flowing into international markets: report. *Mongabay Series: Amazon Agribusiness* (2018).

## O QUE É ESTA CARTILHA E PARA QUEM É?

Esta cartilha faz parte de uma série de resumos destinados a informar e inspirar as comunidades religiosas a agir para ajudar a proteger as florestas tropicais e seus habitantes. Por meio de fatos, gráficos, análises e fotos, essas cartilhas apresentam o argumento moral para a conservação e restauração dos ecossistemas de florestas tropicais, apoiado pelas mais recentes descobertas científicas e políticas. Eles reúnem a pesquisa e as ferramentas práticas que as comunidades religiosas e os líderes religiosos precisam para entender melhor a importância das florestas tropicais, para defender sua proteção e para aumentar a conscientização sobre a responsabilidade ética que existe em todas as religiões de tomar medidas para acabar com o desmatamento tropical.

## PARCEIROS

A Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais acolhe o envolvimento de todas as organizações, instituições e indivíduos de boa fé e consciência que estão comprometidos com a proteção, restauração e gestão sustentável das florestas tropicais.



## A INICIATIVA INTERRELIGIOSA PELAS FLORESTAS TROPICAIS

A Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais é uma aliança internacional e multiconfessional que trabalha para trazer urgência moral e liderança baseada na fé aos esforços globais para acabar com o desmatamento tropical. É uma plataforma para líderes religiosos e comunidades religiosas trabalharem de mãos dadas com povos indígenas, governos, ONGs e empresas em ações que protegem a floresta tropical e os direitos daqueles que servem como seus guardiões. A Iniciativa acredita que chegou a hora de um movimento mundial para o cuidado das florestas tropicais, um movimento baseado no valor inerente das florestas e inspirado pelos valores, ética e orientação moral dos povos indígenas e comunidades religiosas.

## PERGUNTAS?

A Iniciativa Interreligiosa pelas Florestas Tropicais está ansiosa para trabalhar com você para proteger as florestas tropicais e os direitos dos povos indígenas. Entre em contato conosco pelo e-mail [info@interfaithrainforest.org](mailto:info@interfaithrainforest.org).



INICIATIVA  
INTER-RELIGIOSA PELAS  
**FLORESTAS TROPICAIS**